



CÂMARA MUNICIPAL DE OURICURI

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2022)

Exercício de 2022

A) QUADRO PRINCIPAL

ISOLADO:2 - CÂMARA MUNICIPAL DE OURICURI

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		167.410,54	170.684,47	PASSIVO CIRCULANTE		119.466,70	0,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		118.584,59	133.607,85	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO		0,00	0,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		118.584,59	133.607,85	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		54.161,75	0,00
CONTA ÚNICA	F	118.584,59	133.607,85	OUTROS ENCARGOS SOCIAIS	F	54.161,75	0,00
CRÉDITOS A CURTO PRAZO		0,00	0,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		621,17	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		44.327,25	0,00
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO		621,17	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO		44.327,25	0,00
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO	F	621,17	0,00	FORNECEDORES NACIONAIS	F	44.327,25	0,00
FAMÍLIA PAGO				OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES		0,00	0,00
ESTOQUES		48.204,78	37.076,62	PROVISÕES A CURTO PRAZO		0,00	0,00
ALMOXARIFADO		48.204,78	37.076,62	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		20.977,70	0,00
MATERIAL DE CONSUMO	P	23.724,71	23.659,71	VALORES RESTITUÍVEIS		20.977,70	0,00
ESTOQUE SOBRESENTE A ALIENAR	P	24.480,07	13.416,91	CONSIGNAÇÕES	F	20.977,70	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA		0,00	0,00	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE		0,00	0,00
VARIÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO		0,00	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE		1.718.171,12	1.014.663,94	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO		0,00	0,00
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		0,00	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO		0,00	0,00
INVESTIMENTOS		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO		0,00	0,00
IMOBILIZADO		1.718.171,12	1.014.663,94	PROVISÕES A LONGO PRAZO		0,00	0,00
BENS MÓVEIS		954.848,43	368.152,75	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO		0,00	0,00
VEÍCULOS	P	110.060,00	110.060,00	RESULTADO DIFERIDO		0,00	0,00
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P	82.174,08	82.174,08	TOTAL PASSIVO		119.466,70	0,00
DEMAIS BENS MÓVEIS	P	762.614,35	175.918,67	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
BENS IMÓVEIS		763.322,69	646.511,19	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
INSTALAÇÕES	P	18.089,20	18.089,20	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
DEMAIS BENS IMÓVEIS	P	745.233,49	628.421,99	PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL		1.766.114,96	1.185.348,41
INTANGÍVEL		0,00	0,00	RESULTADOS ACUMULADOS		0,00	0,00
DIFERIDO		0,00	0,00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS		1.766.114,96	1.185.348,41
TOTAL		1.885.581,66	1.185.348,41	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	P	544.171,25	165.390,55



CÂMARA MUNICIPAL DE OURICURI

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2022)

Exercício de 2022

A) QUADRO PRINCIPAL

ISOLADO:2 - CÂMARA MUNICIPAL DE OURICURI

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P	1.185.348,41	1.019.957,86
				AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P	36.595,30	0,00
				TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.766.114,96	1.185.348,41
				TOTAL		1.885.581,66	1.185.348,41



CÂMARA MUNICIPAL DE OURICURI

BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2022)

Exercício de 2022

B) QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO FINANCEIRO		119.205,76	133.607,85	PASSIVO FINANCEIRO (119.466,70)+RP não Proc.(22.352,44)		141.819,14	133.607,85
ATIVO PERMANENTE		1.766.375,90	1.051.740,56	PASSIVO PERMANENTE		0,00	0,00
				SALDO PATRIMONIAL		1.743.762,52	1.051.740,56



CÂMARA MUNICIPAL DE OURICURI
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
 Dezembro(31/12/2022)

Exercício de 2022

C) QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (CONTROLE)

ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO			
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 811xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATOS POTENCIAIS ATIVO		0,00	0,00	ATOS POTENCIAIS PASSIVO		0,00	0,00
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS		0,00	0,00	GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS		0,00	0,00
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00
DIREITOS CONTRATUAIS		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		0,00	0,00
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		0,00	0,00	OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	TOTAL		0,00	0,00

2022

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE OURICURI - PE

BPI – Balanço Patrimonial

Demonstração Contábil Separada

KM – Serviços Contábeis e Sistemas Ltda
Ludja Suely Braga Silva CRC – 021117/0-5



Documento Assinado Digitalmente por: FRANCISCO ARAN DA SILVA SEVERO, LUDJA SUELY BRAGA SILVA
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epb/validaDoc.seam> Código do documento: 55b05b98-df1e-4c9f-af8e-66ed2e9813ce



APRESENTAÇÃO

O Balanço Patrimonial Individual (BPI) foi elaborado em conformidade com o Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, sendo posteriormente atualizado pela Portaria STN nº 438, de 16 de julho de 2012. As orientações de preenchimento foram estabelecidas pela 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 877/2018, bem como da Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 04. Os fenômenos contábeis de natureza orçamentária, patrimonial e de controle utilizados na elaboração deste balanço sofreram interferência de maneira subjetiva pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela *International Federation of Accountants (IFAC)*, respectivamente. As operações que deram suporte ao levantamento deste balanço foram registradas em sistemas informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 7.185, de 27 de maio de 2010.

O Balanço Patrimonial Individual (BPI), é a demonstração contábil que evidencia, qualitativamente e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que serão registrados em contas de compensação ou controle, além de apresentar quadro específico para aferição dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes e quadro especial para apuração do Superávit Financeiro.

Integra-se ao balanço as notas explicativas, elaboradas em conformidade com o MCASP e Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022, conforme anexos XIX e XXII, além de apresentar o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) com seus respectivos prazos de adesão.

Para melhor compreensão por parte dos usuários da informação contábil, foram feitos ajustes na estrutura do balanço para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE, dentre elas a utilização de referências cruzadas e das siglas "P" ou "F" relativo aos atributos "Permanente" e "Financeiro".

O resultado patrimonial em 31/12/2022 foi de R\$ 1.766.114,96 superavitário. Para efeito de levantamento do cálculo do Superávit Financeiro para o exercício de 2022, definido no §2º do art. 49 da Lei Federal nº 4.320/64, consta ao final de 2022 no Quadro de Superávit/Déficit Financeiro o valor total de R\$ 544.171,25 positivo, os quais serão detalhados nas notas explicativas.

A seguir será apresentado o balanço patrimonial na íntegra e na sequência as Notas Explicativas.

BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE OURICURI – ESTADO DE PERNAMBUCO
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade Exercício de 2022

Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

(ANEXO 14 – BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 – MCASP)



ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	NOTA 01	167.410,54	170.684,47	PASSIVO CIRCULANTE	NOTA 12	119.466,70	
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	NOTA 02	118.584,59	133.607,85	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVID. E ASSISTENCIAIS A PAGAR	NOTA 13		
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		118.584,59	133.607,85	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	NOTA 14	54.161,75	
CONTA ÚNICA	F	118.584,59	133.607,85	OUTROS ENCARGOS SOCIAIS	F	54.161,75	
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	NOTA 03	0,00	0,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	NOTA 15	0,00	
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	NOTA 04	621,17	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	NOTA 16	44.327,25	
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO		621,17	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO		44.327,25	
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO	F	621,17	0,00	FORNECEDORES NACIONAIS	F	44.327,25	
FAMÍLIA PAGO				OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	NOTA 17	0,00	
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	NOTA 05	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	NOTA 18	0,00	
ESTOQUES	NOTA 06	48.204,78	37.076,62	PROVISÕES A CURTO PRAZO	NOTA 19	0,00	
ALMOXARIFADO		48.204,78	37.076,62	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	NOTA 20	20.977,70	
MATERIAL DE CONSUMO	P	23.724,71	23.659,71	VALORES RESTITUÍVEIS		20.977,70	
ESTOQUE SOBRESSALENTES A ALIENAR	P	24.480,07	13.416,91	CONSIGNAÇÕES	F	20.977,70	
ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA	NOTA 07	0,00	0,00	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	NOTA 21	0,00	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVID. E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	NOTA 22		
ATIVO NÃO CIRCULANTE	NOTA 08	1.718.171,12	1.014.663,94	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	NOTA 23	0,00	
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	NOTA 09	0,00	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	NOTA 24	0,00	
INVESTIMENTOS		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	NOTA 25	0,00	
IMOBILIZADO	NOTA 10	1.718.171,12	1.014.663,94	PROVISÕES A LONGO PRAZO	NOTA 26	0,00	
BENS MÓVEIS		954.848,43	368.152,75	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	NOTA 27	0,00	
VEÍCULOS	P	110.060,00	110.060,00	RESULTADO DIFERIDO	NOTA 28	0,00	
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P	82.174,08	82.174,08	TOTAL PASSIVO			119.466,70
DEMAIS BENS MÓVEIS	P	762.614,35	175.918,67				
BENS IMÓVEIS		763.322,69	646.511,19				
INSTALAÇÕES	P	18.089,20	18.089,20				
DEMAIS BENS IMÓVEIS	P	745.233,49	628.421,99				
INTANGÍVEL	NOTA 11	0,00	0,00				
DIFERIDO		0,00	0,00				
TOTAL		1.885.581,66	1.185.348,41				

ATIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.766.114,96	1.185.348,55
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL		0,00	0,00
RESULTADOS ACUMULADOS		1.766.114,96	1.185.348,55
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS		1.766.114,96	1.185.348,55
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO P		544.171,25	165.398,55

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P	1.185.348,41	1.019,31
				AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P	36.595,30	0,00
				TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA 29	1.766.114,96	1.185.348,41
				TOTAL		1.885.581,66	1.185.348,41



BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE OURICURI – ESTADO DE PERNAMBUCO
Demonstração Contábil Individual ou Separada da EntidadeExercício de 2022

Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

(ANEXO 14 – BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI N° 4.320/64 – MCASP)

A) INFORMAÇÕES GERAIS:

1 - Nome do órgão ou entidade responsável pela consolidação

Câmara Municipal de OURICURI – PE

2 - Natureza jurídica (conforme código da RFB):

Órgão Público do Poder Legislativo Municipal

3 - CNPJ:

11.472.180/0001-20

4 - Domicílio do órgão ou entidade:

Rua 15 de novembro, nº 201

Bairro: Centro

Cidade: Ouricuri - PE

Cep: 56.200.000

Documento Assinado Digitalmente por: FRANCISCO AIRAN DA SILVA SEVERO, LUDIA SUELY BRAGA SILVA
Data: 14/03/2023
Assinado: 14/03/2023
Endereço: <https://etce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 55b05b98-d3de-4c9f-aa8e-66ed2e98f3cc



5 – Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade:

O Município de Ouricuri conta atualmente com uma população estimada pelo IBGE em 64.358 habitantes (<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pe/ouricuri.html>), está situado à 623 km da Cidade de Recife, e possui uma extensão territorial total de 2.381.570 km2. Tem como coeficiente individual do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) o índice de 2.4. Durante o exercício de 2022 a execução orçamentária baseou-se na Lei Municipal nº 1512, de 01 de dezembro de 2021. Sua fonte financeira deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).

6 – Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este balanço foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas portarias STN nº 877/2018, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8º Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 07. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SOF nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, e NBC nº 13 – Apresentação de Informações Orgânticas nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35. Dito tanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está adertente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistências e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

7 – Abrangência de Entidades na Consolidação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil abrange exclusivamente as informações individuais da Câmara de Vereadores de Ouricuri.

B) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

1 Resumo das políticas contábeis significativas:

A seguir serão apresentados os princípios critérios e políticas contábeis adotadas no âmbito da entidade, que afetaram a elaboração especialmente do Balanço Orçamentário, tendo em consideração as opções e premissas da legislação que afeta a contabilidade aplicada ao setor público.

b.1. Resumo das políticas contábeis significativas:

A seguir serão apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da entidade, que afetaram a elaboração especificamente do Balanço Patrimonial, tendo em consideração as opções e premissas da legislação que afeta a contabilidade aplicada ao setor público.

b.2. Bases de mensuração utilizadas e demais informações pertinentes:

- O Balanço Patrimonial foi elaborado seguindo o regime de competência, exceto para as contas de controle por sua natureza gerencial.
- A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.
- Não houve nenhum registro contábil resultante de empreendimentos de coligadas ou controladas que viesse a utilizar o método da equivalência patrimonial.
- O quadro principal do Balanço Patrimonial foi elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo) e a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, em contas sintéticas até no mínimo o 3º nível (subgrupo).



Dispositivo Assinado Digitalmente por: FRANCISCO GABRIELA SILVA SEVERO, para a firma de BRAGA S. P. A. para assinatura em: https://frase.eadce.pe.gov.br/epp/validaDoc.sso. O código de verificação do documento é 3505078-d8c9-49e9-a68e-aed22d8a539a. A assinatura baseia-se no dispositivo assinante.

- A apresentação de ativos e passivos está segregada em circulante e não circulante em atendimento as exigências da NBC TSP nº 11.
 - Quanto a base temporal para definição de circulante e não circulante, utilizou-se os seguintes critérios: a) para ativos circulantes, quando se espera que sejam realizados até 12 meses após a data das demonstrações contábeis; b) para não circulantes, todos os ativos que não se enquadrem na classificação anterior (a); c) para passivo circulante, para passivos que devem ser pagos no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) para o passivo não circulante, todos os demais passivos que não se enquadrem na classificação anterior (c).
 - As contas patrimoniais estão destacadas com a sigla (F), para “Financeiro”, e (P), para “Permanente”, conforme regras estabelecidas no MCASP e em atendimento as exigências previstas na Resolução TCE-PE nº 153/2021.
 - Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.
 - Os atos potenciais passivos inerentes aos contratos a executar, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (6º e 7º níveis).
 - O quadro de superávit e déficit financeiro, apurado conforme regras do §2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, foi estruturado com base nas contas do nível PCASP 8.2.1.1.10.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR), seqüregado por fonte/destinação seguinte a padrão próprio detalhado a seguir:

Fonte de Recurso 110/006 – Transferência de Duodécimo

- Em atendimento a Resolução TCE-PE nº 153/2021, durante a consolidação das demonstrações contábeis das entidades separadas não foi considerado o 5º nível igual a 2, do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Contudo, para efeito de consolidação não deverão ser excluídas as transações recíprocas de natureza intraorçamentária. Desta forma, os dados foram somados ou agregados, conforme determinação do TCE-PE, embora tenham reflexo contrário em relação a orientação do item 5.2 à página 442 da 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.
 - As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.
 - Foram obtidos ganhos antes dos tributos reconhecidos na alienação de ativos ou pagamentos de passivos.
 - A maior parte dos elementos patrimoniais foi mensurado pelo valor de custo, sendo excepcionalmente aplicados outros modelos de quantificação, detalhados no decorrer desta nota explicativa, principalmente quanto ao controle do imobilizado (custo ou reavaliação).
 - As contas intituladas no grupo “Caixa e equivalentes de caixa” são mensuradas e avaliadas pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.
 - As contas intituladas no grupo “Créditos e valores a curto prazo” são mensuradas e avaliadas pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber, destacados a seguir.
 - O ajuste para perdas dos “Créditos tributários” foi mensurado contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida ativa nos últimos três exercícios tendo como base o dia 01 de janeiro de cada ano, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de cada ano, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação. Foram feitos ajustes para o curto prazo com base na expectativa de recebimento até 12 meses após o levantamento deste balanço, restando seu saldo residual no ativo não circulante.
 - As contas intituladas no grupo “Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo” são avaliadas e mensuradas pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.
 - As contas intituladas “Estoques”, são avaliados na entrada pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método paramensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.
 - As contas intituladas no grupo “Imobilizado” foram reconhecidas inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações



patrimoniais diminutivas do período. O setor de patrimônio do município não disponibilizou até o fechamento deste balanço as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos à depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (*impairment*) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas ao setor contábil de forma tempestiva o imobilizado apresenta aumento de valor patrimonial sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis. O setor contábil informou ao controle interno a situação para que adote as medidas necessárias para sanar a questão.

- As contas classificadas no grupo “Intangível”, foram parametrizadas no sistema contábil para serem mensuradas ou avaliadas com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, conforme prazos do PIPCP, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.
- As contas classificadas no grupo “Empréstimos e financiamentos”, foram avaliadas observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). Para este último caso, caso existam, o sistema contábil foi parametrizado para realizar a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.3 .Termos e Definições correlatos ao Balanço Patrimonial:

Ativo Circulante

Compreende os ativos que satisfazem os seguintes critérios: a) espera-se que esse ativo seja realizado, ou pretende-se que seja mantido com o propósito de ser vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; b) o ativo está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; c) espera-se que o ativo seja realizado até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) o ativo seja caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para pagamento de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Créditos a Curto Prazo

Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade, resgatáveis no curto prazo, além das aplicações temporárias em metais preciosos.

Estoques

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) Pagas Antecipadamente

Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) de forma antecipada, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no futuro.

Ativo Não Circulante

Compreende os todos os ativos não classificados como circulantes. Integram o ativo não circulante: o ativo realizável a longo prazo, os investimentos, o imobilizado, o intangível e eventual saldo a amortizar do ativo diferido.



Realizável a Longo Prazo

Compreende os bens, direitos e despesas (VPD) antecipadas realizáveis no longo prazo.

Investimentos

Compreende as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinem a manutenção da atividade da entidade.

Imobilizado

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens. **Intangível**

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Passivo Circulante

Compreende os passivos que atendem aos seguintes critérios: a) tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; b) sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados no curto

prazo; c) sejam valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo

Compreende as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no curto prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Obrigações Fiscais a Curto Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no curto prazo.

Obrigações de Repartições a Outros Entes

Compreende os valores arrecadados de impostos e outras receitas a serem repartidos aos estados, Distrito Federal e municípios.

Provisões a Curto Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no curto prazo.

Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Passivo Não Circulante

Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.



Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo

Compreende as obrigações financeiras da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no longo prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Obrigações Fiscais a Longo Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no longo prazo.

Provisões a Longo Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo.

Demais Obrigações a Longo Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Resultado Diferido

Compreende o valor das variações patrimoniais aumentativas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros e que não haja qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da entidade. Compreende também o saldo existente na antiga conta resultado de exercícios futuros em 31 de dezembro de 2008.

Patrimônio Líquido

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.

Patrimônio Social e Capital Social

Compreende o patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta.

Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital

Compreende os recursos recebidos pela entidade de seus acionistas ou quotistas destinados a serem utilizados para aumento de capital, quando não haja a possibilidade de devolução destes recursos.

Reservas de Capital

Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado como variações patrimoniais aumentativas (VPA).

Ajustes de Avaliação Patrimonial

Compreende as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos pela lei 6.404/76 ou em normas expedidas pela comissão de valores mobiliários, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência.

Reservas de Lucros

Compreende as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido das entidades para finalidades específicas.

Demais Reservas

Compreende as demais reservas, não classificadas como reservas de capital ou de lucro, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.

Resultados Acumulados

Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos.

Ações / Cotas em Tesouraria

Compreende o valor das ações ou cotas da entidade que foram adquiridas pela própria entidade.



Ativo Financeiro

Compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

Ativo Permanente

Compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

Passivo Financeiro

Compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária. Considera-se nesse conceito apenas a parcela da dívida fundada que tenha tido execução orçamentária iniciada e esteja pendente de pagamento. Caso o Balanço Patrimonial seja elaborado no decorrer do exercício, serão incluídos no passivo financeiro os créditos empenhados a liquidar.

Passivo Permanente

Compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Contas de Compensação

Compreende as contas representativas dos atos potenciais ativos e passivos.

Atos Potenciais

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar o patrimônio, imediata ou indiretamente, por exemplo: direitos e obrigações conveniadas ou contratadas; responsabilidade por valores, títulos e bens de terceiros; garantias e contragarantias recebidas e concedidas. A definição é orientada pelo fluxo de caixa a ser envolvido na execução futura do ato potencial.

Atos Potenciais Ativos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar positivamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Atos Potenciais Passivos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar negativamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Superávit Financeiro

Corresponde à diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. O superávit financeiro do exercício anterior é fonte de recursos para abertura de créditos suplementares e especiais, devendo-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, de acordo com o artigo 43 da Lei nº 4.320/1964, caput, § 1º, inciso I e § 2º. Déficit Financeiro

Corresponde à diferença negativa entre o ativo financeiro e o passivo financeiro.

Fonte de Recursos

Mecanismo que permite a identificação da origem e destinação dos recursos legalmente vinculados a órgão, fundo ou despesa.

b.4. Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no BP.

b.5. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

a) Classificação de ativos:

Não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares

b) Constituições de provisões:

Não houve registro de provisões para esta entidade.

c) Reconhecimento de variações patrimoniais:

Não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.



d) Transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outras entidades:

Não houve transferência de propriedade de ativos para outras entidades

b) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS TRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS:

c.1. Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título “Nota” seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando interpretação dos usuários.

ATIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	NOTA 01	167.410,54	170.684,47
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	NOTA 02	118.584,59	133.607,85
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		118.584,59	133.607,85
CONTA UNICA	F	118.584,59	133.607,85
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	NOTA 03	0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	NOTA 04	621,17	0,00
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO		621,17	0,00
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO	F	621,17	0,00
FAMÍLIA PAGO			
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMP.A CURTO PRAZO NOTA 05		0,00	0,00
ESTOQUES	NOTA 06	48.204,78	37.076,62
ALMOXARIFADO		48.204,78	37.076,62
MATERIAL DE CONSUMO	P	23.724,71	23.659,71
ESTOQUE SOBRESSALENTE A ALIENAR	P	24.480,07	13.416,91
ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA	NOTA 07	0,00	0,00
VARIACÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE		0,00	0,00

Nota 1) ATIVO CIRCULANTE: Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício de 2022 foram de R\$ 167.410,54, compostos de caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, demais créditos e valores, investimentos, estoques e despesas (VPD) pagas antecipadamente.

Nota 2) CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA: O saldo das disponibilidades financeiras deixadas em 31/12/2022 somam R\$ 118.584,59



DISPONIBILIDADE DE CAIXA DETALHADA (Art. 8º e Art. 50 da LC 101/2000 LRF)		
Entidades	Recursos Próprios	Repasso de Duodécimo
Câmara de Vereadores de Ouricuri	0,00	118.584,59
Total	0,00	118.584,59

Nota 3) CRÉDITOS A CURTO PRAZO:

**DETALHAMENTO DOS CRÉDITOS A CURTO PRAZO EM NOTAS EXPLICATIVAS
(MCASP 8ª Edição p. 432)**

Níveis	Valor
Créditos de transferências a receber (1)	0,00
Dívida ativa tributária (2)	0,00
Dívida ativa não tributária (2)	0,00
TOTAL	0,00

Nota 4) DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO: Saldo de demais créditos e valores a curto prazo de R\$ 612,17

Nota 5) INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO: Não houve registro de investimento e aplicações temporárias a curto prazo para esta entidade.

Nota 6) ESTOQUE (NBC T SP 04 – Item 47): O saldo do estoque ao final de 2022 foi de R\$ 48.204,78

Nota 7) ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDE: Não houve registro para esta entidade.



ATIVO NÃO CIRCULANTE	NOTA 08	1.718.171,12	1.014.663,94
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	NOTA 09	0,00	0,00
INVESTIMENTOS		0,00	0,00
IMOBILIZADO	NOTA 10	1.718.171,12	1.014.663,94
BENS MÓVEIS		954.848,43	368.152,75
VEÍCULOS	P	110.060,00	110.060,00
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P	82.174,08	82.174,08
DEMAIS BENS MÓVEIS	P	762.614,35	175.918,67
BENS IMÓVEIS		763.322,69	646.511,19
INSTALAÇÕES	P	18.089,20	18.089,20
DEMAIS BENS IMÓVEIS	P	745.233,49	628.421,99
INTANGÍVEL	NOTA 11	0,00	0,00
DIFERIDO		0,00	0,00
TOTAL		1.885.581,66	1.185.348,41

Nota 8) ATIVO NÃO CIRCULANTE: Os ativos de longo prazo, compostos do ativo realizável a longo prazo, imobilizado e intangível totalizam R\$ 1.718.171,12.

Nota 9) ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO: Não houve registro para esta entidade.

Nota 10) IMOBILIZADO: O saldo do imobilizado ao final do exercício de 2022 totalizou R\$1.718.171,12.

**DETALHAMENTO DO IMOBILIZADO EM NOTAS EXPLICATIVAS
(MCASP 8ª Edição p. 432)**

Descrição	2021	Valor (R\$)	
		2020	
Bens móveis	954.848,43	368.152,75	
Depreciação/amortização/exaustão acumulada (bens móveis)	(0,00)	(0,00)	
Bens imóveis	763.322,69	646.511,19	
Depreciação/amortização/exaustão acumulada (bens imóveis)	(0,00)	(0,00)	
Total	1.718.171,12	1.014.663,94	

Nota 11) INTANGÍVEL: Os valores registrados no ativo intangível totalizam R\$ 0,00 O setor de patrimônio não nos repassou até o fechamento do balanço as informações relativas aos bens intangíveis, bem como as respectivas amortizações acumuladas para efetuarmos os procedimentos contábeis de ajuste. Sugerimos que a administração tome medidas no sentido de seguir os prazos estabelecidos do PIPCP para o controle em tempo real dos bens intangíveis para compatibilização com os dados contábeis



PASSIVO CIRCULANTE	NOTA 12	119.466,70	0,00
OBRIGAÇÕES TRA, PREV.E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	NOTA 13	0,00	0,00
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	NOTA 14	54.161,75	0,00
OUTROS ENCARGOS SOCIAIS		F 54.161,75	0,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	NOTA 15	0,00	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		44.327,25	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	NOTA 16	44.327,25	0,00
FORNECEDORES NACIONAIS		F 44.327,25	0,00
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	NOTA 17	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	NOTA 18	0,00	0,00
PROVISÕES A CURTO PRAZO	NOTA 19	0,00	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	NOTA 20	20.977,70	0,00
VALORES RESTITUÍVEIS		20.977,70	0,00
CONSIGNAÇÕES		F 20.977,70	0,00

Nota 12) PASSIVO CIRCULANTE: As dívidas e demais obrigações de curto prazo ao final do exercício de 2022 foram de R\$ 119.466,70

Nota 13) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO: O valor das obrigações trabalhista, previdenciarias e assistênciais a pagar ao final de 2022 foi de R\$ 0,00 Segregação dos passivos com os atributos “F” e “P”:

Nota 14) PASSIVO CIRCULANTE: Encargos sociais a pagar de curto prazo ao final do exercício de 2022 foram de R\$ 54.161,75

**DETALHAMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS EM NOTAS EXPLICATIVAS
(MCASP 8ª Edição p. 432)**

Níveis	Valor	Atributo
Pessoal a Pagar	0,00	F
Encargos Sociais a Pagar	0,00	F
Subtotal	0,00	
Encargos Sociais a Pagar – Débito Parcelado a curto prazo	0,00	P
Subtotal	0,00	
TOTAL	0,00	



Nota 15) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (CURTO PRAZO): Não houve empréstimos a curto prazo.

Nota 16) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR CURTO PRAZO: O Saldo o final do exercício de 2021 foi de R\$ 44.327,25

Nota 17) OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO: Não houve provisões de curto prazo durante o exercício.

Nota 18) OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO: Não houve provisões de curto prazo durante o exercício.

Nota 19) PROVISÕES A CURTO PRAZO: Não houve provisões de curto prazo durante o exercício.

Nota 20) DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO: O saldo das demais obrigações a curto prazo foi de R\$ 20.977,70.

O detalhamento das Demais Obrigações a Curto Prazo encontra-se a seguir:

VALORES RESTITUÍVEIS	20.977,70	0,00
CONSIGNAÇÕES	F	20.977,70

A seguir será analisado o quadro do passivo não circulante. Vejamos:

PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	NOTA 21	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREV.E ASSIST.A PAGAR A LONGO PRAZO	NOTA 22	0,00	0,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	NOTA 23	0,00	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	NOTA 24	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	NOTA 25	0,00	0,00
PROVISÕES A LONGO PRAZO	NOTA 26	0,00	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	NOTA 27	0,00	0,00
RESULTADO DIFERIDO	NOTA 28	0,00	0,00



Nota 21) PASSIVO NÃO CIRCULANTE: As obrigações de longo prazo ao final de 2022 somam **R\$ 0,00**, decorrentes de obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar, empréstimos e financiamentos, fornecedores, provisões e demais obrigações.

Nota 22) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO: O montante de R\$ 0,00, conforme valores representados na tabela:

**DETALHAMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS EM NOTAS EXPLICATIVAS
(MCASP 8ª Edição p. 432)**

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Longo Prazo	Saldos
Contribuições Sociais – Débitos Parcelados – PASEP	0,00
Contribuições a Regime Próprio de Previdência – RPPS	0,00
Débito Parcelado – INSS	0,00
Contribuições Sociais – Débitos Parcelados – FGTS	0,00
Outros (Especificar)	0,00
Total	0,00

Nota 23) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (LONGO PRAZO): Não houve registro de empréstimos a longo prazo.

Nota 24) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR (LONGO PRAZO): Ao final do exercício de 2021 ficou em restos a pagar o valor de R\$ 0,00 relativo a fornecedores e contas a pagar.

Nota 25) OBRIGAÇÕES FISCAIS (LONGO PRAZO): Não houve registro de obrigações fiscais a longo prazo.

Nota 26) PROVISÕES A LONGO PRAZO (NBC T SP 03 – Item 97 a 98): Não houve registro de provisões matemáticas para esta entidade.

Nota 27) DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO: Não houve registro de demais obrigações a longo prazo para esta entidade

Nota 28) RESULTADO DIFERIDO: Não houve registro de resultado diferido



PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.766.114,96	1.185.348,41
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL		0,00	0,00
RESULTADOS ACUMULADOS		1.766.114,96	1.185.348,41
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS		1.766.114,96	1.185.348,41
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	P	544.171,25	165.390,55
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P	1.185.348,41	1.019.957,86
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P	36.595,30	0,00
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA 29	1.766.114,96	1.185.348,41

Nota 29) PATRIMÔNIO LÍQUIDO: O patrimônio líquido da entidade perfez ao final de 2022 o valor de R\$ 1.766.114,96. A seguir detalharemos o resultado:

DETALHAMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM NOTAS EXPLICATIVAS

(MCASP 8^a Edição p. 432)

SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	544.171,25
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.185.348,41
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	36.595,30
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.766.114,96



B) QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO FINANCEIRO NOTA 30		119.205,76	133.607,85	PASSIVO FINANCEIRO (119.466,70)+RP não Proc.(22.352,44) NOTA 32		141.819,14	133.607,85
ATIVO PERMANENTE NOTA 31		1.766.375,90	1.051.740,56	PASSIVO PERMANENTE NOTA 33		0,00	0,00

Nota 30) ATIVO FINANCEIRO: O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários. O valor dos ativos com atributo F (Financeiro) totalizam R\$ 119.205,76.

Nota 31) ATIVO PERMANENTE: O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa. O valor dos ativos com atributo P (Permanente) somam R\$ 1.766.375,90.

Nota 32) PASSIVO FINANCEIRO: O Passivo Financeiro consiste nas obrigações que não dependem de autorização orçamentária para sua amortização ou resgate. Também integram o passivo financeiro os passivos que não são submetidos ao processo de execução orçamentária, a exemplo das cauções, depósitos, dentre outros. O valor dos passivos com atributo F (Financeiro) no valor de R\$ 119.466,70, somados aos restos a pagar não processados a liquidar no valor de R\$ 22.352,44 perfazem o total de R\$ 141.819,14.

Nota 33) PASSIVO PERMANENTE: Os passivos que dependam de autorização orçamentária para amortização ou resgate integram o passivo permanente. Os Passivos com atributo P (Permanente) somam R\$ 0,00.

Nota 34) SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO (SALDO PATRIMONIAL): O total do Superávit Financeiro do exercício de 2022, foi R\$ 1.743.762,52.



a) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (CONTROLE)

ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO			
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 811xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATOS POTENCIAIS ATIVO		0,00	0,00	ATOS POTENCIAIS PASSIVO		0,00	
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS		0,00	0,00	GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS		0,00	
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	
DIREITOS CONTRATUAIS		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		0,00	
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		0,00	0,00	OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		0,00	
TOTAL		0,00	0,00	TOTAL		0,00	

Nota 31) SALDO DOS ATOS POTENCIAIS DO PASSIVO: O valor do saldo registrado dos contratos a executar ao final 2022, comprazos vincendos até 31/12/2022 foi de **R\$ 0,00**

NOTA DE ESCLARECIMENTO SOBRE FONTES/DESTINAÇÃO DE RECURSOS NEGATIVAS:

Os valores negativos representam comprometimento da fonte de recursos com empenhamentos acima dos valores arrecadados, decorrentes dos mais variados fatores, alheios a orientação contábil, como por exemplo, atrasos nos repasses dos recursos pelos governos federal e/ou estadual, atendimento a situações emergenciais decorrentes de estado de calamidade e/ou emergência, não acompanhamento da programação orçamentária e financeira, dentre outros. Sugerimos na qualidade de consultoria contábil que o controle interno adote as medidas necessárias junto aos gestores e tesoureiros para a obediência as regras estabelecidas para o gerenciamento mensal das fontes/destinação de recursos.

b) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

b.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Não houve registro de passivos contingentes.

b.2. Divulgações não financeiras:

Não houve necessidade de divulgação de informações de natureza não financeiras tendo em vista as características da(s) entidade(s).



b.3. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e odirecionamento das operações da entidade no futuro:

Não houve registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da(s) entidade(s).

b.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não houve ajustes decorrentes de omissões e erros de registro que mereçam apontamentos quanto a este balanço.

c) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:

Saldo em 31/12/2022.....R\$ 118.584,59

d) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE TRANSAÇÕES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEMO USO DE CAIXA:

Saldo em 31/12/2022.....R\$ 0,00

e) DESCRIÇÃO DE AJUSTES RELACIONADOS ÀS RETENÇÕES, BEM COMO OUTRAS OPERAÇÕES QUE IMPACTEM SIGNIFICATIVAMENTE O BALANÇO PATRIMONIAL:

As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes. Ademais, não houve operações que impactem significativamente o BP e necessitem de ajustes.

f) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELA RESOLUÇÃO TCE-PE N° 153/2021 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

g. Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, investimentos, demais créditos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo: créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível). No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo e provisões) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido). No quadro principal na coluna



Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados. Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanentes, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado ou de controle com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos. O balanço mostra também quadro próprio com o superávit/déficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos, inclusive as que apresentam valores negativos. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores. Foram utilizados os atributos (P) para “Permanente” e (F) para “Financeiro” quanto as contas patrimoniais. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

g.1. Descrição de ajustes decorrentes de omissões e erros de anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis (Item I do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 189/2022):

Não houve ajustes decorrentes de omissões ou erros de anos anteriores.

g.2. Ativos imobilizados obtidos a título gratuito (Item II do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 189/2022):

Não houve no exercício de 2022 bens recebidos por doação

g.3. Transferência de Ativos (Item II do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 189/2022):

Não houve transferência de ativos para outras entidades que ensejam registro na entidade de origem.

g.4. Ativos Intangíveis obtidos a título gratuito (Item III do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 189/2022):

Não houve doação de ativos intangíveis no exercício de 2022.

g.5. Componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos (Item IV do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 189/2022):

Na mensuração dos bens do imobilizado foi utilizado um único critério de mensuração para toda a classe do ativo.

g.6. Detalhamento das Políticas de Ajustes, Depreciação, Amortização e Exaustão:

Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio da entidade a custo histórico. Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou as informações relativas a ajustes, depreciação, amortização e exaustão. Não houve perda de bens por inservibilidade.

g.7. Relação de Provisões e Passivos Contingentes:

Não houve durante o exercício de 2022, relação de provisões e passivos contingentes inerentes ao mesmo fenômeno contábil.



g.8. Informações de Passivos Contingentes:

Não foram realizados registros de passivos contingentes que acarretem estimativa de seus efeitos financeiros, indicação de incerteza em relação à periodicidade de saída, bem como da possibilidade de algum reembolso.

g.9. Informações de Passivos Contingentes:

Não foram realizados registros de passivos contingentes que acarretem estimativa de seus efeitos financeiros, indicação de incerteza em relação à periodicidade de saída, bem como da possibilidade de algum reembolso.

g.10. Informações adicionais (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve situações relativas a passivos reconhecidos sujeitos a transferência de ativos, ou empréstimos subsidiados, bem como não houve ativos reconhecidos sujeitos a restrições ou recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação

g.11. Probabilidade de Benefícios Econômicos ou Potencial de Serviços (NBC T SP 03 – Item 105):

Não houve entradas de benefícios econômicos ou potencial de serviços prováveis que se sujeitem a estimativas financeiras de recebimentos.

g.12. Avaliações Externas de Mensuração de Provisões (NBC T SP 03 – Item 103):

Não houve avaliações externas de mensuração de provisões para esta entidade.

g.13. Teste de Imparidade (*Impairment*) (MCASP 8ª Edição):

Não houve a realização de testes de imparidade de ativos com interrupção do poder de geração de caixa.

g.14. Ganhos e Perdas decorrentes de Baixas no Imobilizado:

Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou informações inerentes a ganhos ou perdas decorrentes de baixas no imobilizado

g.15. Passivos reconhecidos referentes a Ativos Transferidos (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos reconhecidos referentes a ativos transferidos.



g.16. Passivos reconhecidos em relação a Empréstimos Subsidiados (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos reconhecidos em relação aos empréstimos subsidiados que estão sujeitos a condições sobre os ativostransferidos.

g.17. Ativos reconhecidos que estão sujeitos a Restrições e a Natureza de tais Restrições (NBC T SP 01 – Item 106):

Não há ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições.

g.18. Recebimentos Antecipados em relação a Transações sem Contraprestação (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação

g.19. Passivos Perdoados (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos perdoados durante o exercício de 2022.

g.20. Heranças, Presentes e Doações (NBC T SP 01 – Item 107):

Não houve heranças, presentes e doações para a entidade durante o exercício

g.21. Ativos Contingentes (NBC T SP 03 – Item 105):

Não houve ativos contingentes com entrada de benefícios econômicos ou potenciais de serviços.

g.22. Avaliação Externa das Provisões (NBC T SP 03 – Item 103):

Não houve registro para esta entidade.

g.23 TESTE DE IMPARIDADE (IMPAIRMENT):

Não houve teste de imparidade durante o exercício de 2022.



Demonstrativo de implantação das novas regras contábeis aplicadas ao setor público (Poder Legislativo)(Resolução TC Nº 189, de 14 de dezembro de 2022):

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTARIOS – PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subaçao	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Presidente	31/12/2017	Concluído
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subaçao	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Presidente	01/01/2018	Concluído
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
Subaçao	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
2	Registros contábeis conforme MCASP.	Presidente	01/01/2020	Concluído
Ação	3. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subaçao	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
3	Registros contábeis conforme MCASP.	Presidente	01/01/2021	Em andamento
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subaçao	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
4	Registros contábeis conforme MCASP.	Presidente	01/01/2021	Em andamento
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competências decorrentes de benefícios a empregador (ex.: 13º salário, férias, etc).			
Subaçao	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual



5	Registros contábeis conforme MCASP.	Presidente	01/01/2018	Concluido
Ação	6. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subaçao	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
6	Registros contábeis conforme MCASP.	Presidente	01/01/2016	Concluido
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subaçao	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
7	Registros contábeis conforme MCASP.	Presidente	A ser definido em ato normativo específico da STN	Concluido
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de software, marcas, patentes, licenças e congeners, classificado como intangíveis e eventuais amortização.			
Subaçao	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
8	Registros contábeis conforme MCASP.	Presidente	01/01/2021	Concluido
PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP				
Ação	1. Aplicação do plano de contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais.			
Subaçao	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Presidente	A ser definido em ato normativo específico da STN	Concluído



DEMONSTRAÇÃO CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO - PARTE V DO MCASP				
Ação	1. Aplicação do plano de contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais.			
Subaçâo	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Presidente	A ser definido em ato normativo específico da STN	Concluído